

EDUCAÇÃO DO CAMPO E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Angélica Rodrigues Louzada¹ – UFPEL

Liz Cristiane Dias² – UFPEL

liz.dias@yahoo.com.br

8. Contribuições dos Movimentos Sociais para a educação dos trabalhadores: crianças, jovens, adultos e idosos (espaços formais e não formais)

Resumo: O referido texto aborda a pesquisa que se desenvolve pelo Laboratório de Estudos Urbanos, Regionais e Ensino de Geografia (LeurEnGeo) sobre Educação do Campo e o Ensino de Geografia, em uma escola rural do município de Pelotas/RS. Os estudos realizados pautam-se em pesquisas oriundas dos movimentos sociais do campo e por pesquisadores dessa área. A finalidade deste é fomentar contribuições da Geografia, não só pela educação do campo, mas também, pelas questões agrárias. Nesse contexto, busca-se compreender como é desenvolvido o ensino de geografia e o cotidiano escolar mediante as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo, Ensino de Geografia, Movimentos Sociais

Introdução

A presente pesquisa pretende apresentar reflexões e discussões a respeito do trabalho que está em andamento pelo Laboratório de Estudos Urbanos, Regionais e Ensino de Geografia (LeurEnGeo) departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas. Essa pesquisa atende o requisito de conclusão de curso, que tem como objetivo Geral de perceber como vem se desenvolvendo o Ensino da Geografia na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Jaime Faria, que situa-se no 3º Distrito do município de Cerrito, localizada ao Sul da região Sul do Rio Grande do Sul, que possui sua estrutura sediada na Vila Freire. Tendo por base as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica na Escola do Campo. Em um primeiro momento, será abordado o movimento dos sem terra e a educação do campo, busca-se evidenciar o papel do

¹ Autora - Graduanda de geografia - UFPEL

² Co-autora - Professora Dra. Liz Cristiane Dias

Laboratório de Ensino e Estágio Supervisionado (LEES-GEO)
Departamento de Geografia - Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal de Pelotas

movimento social na luta pela terra e a atenção especial à educação, considerando o universo rural, respeitando a dinâmica própria na conjugação do trabalho e da produção, além da coexistência de valores culturais e de competências específicas dos seus membros. A fim de que as pessoas tenham acesso a uma educação de qualidade e ser capaz de proporcionar a sustentação das necessidades intelectuais e sociais dos sujeitos emergentes e emergidos do campo. No ensino de Geografia, o conteúdo é muito importante, mas a interpretação geográfica é o essencial.

Segundo Rego (2003), essa interpretação atravessa os fatos geográficos e estabelece articulações em nível crescente que constitui uma rede de muitos nexos, com inter-relações de ordens diversas. Após, a metodologia que está sendo utilizada para encaminhar um trabalho participativo, na qual pesquisados e pesquisadores refletem sobre suas experiências, na medida em que o diálogo faz reconhecer e conhecer suas origens, tornando-a qualitativa, porque encaminha propostas para novas reorganizações do espaço. O desenvolvimento da pesquisa, relatando um pouco das análises que as entrevistas e observações estão demonstrando e, por último, as considerações preliminares.

Referencial Teórico

O Movimento Sem Terra (MST) e a Educação do Campo

O ensino regular para as áreas rurais surgiu no período do segundo império, com a necessidade de abastecer a estrutura econômica vigente no Brasil. Para Calazans (1993), com o fim da escravidão e a monocultura do café e, a agricultura passou a ter necessidade de pessoas que fossem especializadas para o setor. Dessa forma as culturas secundárias, mas também de grande importância para a agricultura desenvolveram-se e, igualmente, necessitava de mão-de-obra qualificada. Nesse sentido, as escolas começaram a suprir as necessidades básicas, que se esperava ser atendida, a partir do ensino escolar.

Segundo Calazans (1993), as classes dominantes daquela época, principalmente as que viviam do campo, desconheciam o papel fundamental da educação para os

trabalhadores que viviam no campo, demonstrando com isso um descaso com a educação brasileira, desta forma a educação no meio rural surgiu tardia e descontínua.

Com o processo de industrialização, os trabalhadores rurais foram para a cidade em busca de melhores condições, formando-se um inchaço urbano. Para que esse fosse contido, os governadores gerais instalaram escolas no campo, para que as crianças tivessem a oportunidade de desenvolver aulas de noções básicas de agricultura, para fortalecer o espírito do homem do campo de trabalhar na terra.

Na medida em que o modo de produção capitalista avançava, ficava claro para os movimentos sociais da terra, que já não se tratava só de terra para plantar. Pensava-se mais adiante, numa mudança mais ampla em nível nacional e que todos tivessem o direito de sobreviver dignamente sem discriminação social, com uma estrutura fundiária mais justa no país.

Nesse sentido, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra compreende que existe um casamento necessário entre a conquista da terra e da educação. Também entende que só a terra não vai libertar o trabalhador da exploração, e que só a escola também não é capaz de libertar o Sem-Terra da expropriação e do latifúndio. Então, enfatiza que a Reforma Agrária é a junção dessas duas conquistas, ter acesso a terra, à escola, ao conhecimento e à escolarização. (STÉDILE, 1994; CALDART, 2000).

Mesmo o campo possuindo infinitas possibilidades de se trabalhar ainda é um espaço com grande dificuldade de acesso para os trabalhadores rurais, pois a terra esta concentrada nas mãos dos grandes proprietários, descapitalizando o trabalho dos pequenos proprietários. Sendo eles os detentores do capital transformam a concorrência, para o homem do campo muito desleal, por esse motivo que alguns estudos já apontaram a grande desigualdade social entre o trabalhador sem terra e o trabalhador com terra como sendo um tabu, que deve ser desconstruído através da educação do campo.

A educação no campo é estar conivente com o modelo de vida dos povos do campo. Para Chaves (2011), não se trata de qualquer educação, lutam por uma educação que sirva seus interesses de classe trabalhadora. Por esse motivo lutam por uma educação que pense no trabalho do campo para que com isso possam desenvolver e sustentar suas famílias no território em que vivem. Nesse sentido, Santos (1194), comenta que

o campo pode adaptar-se mais rapidamente às mudanças de uso. Segundo os

produtos, desde que haja recursos de capital e inteligência. Na cidade, as formas novas, criadas para responder a necessidades renovadas, tornam-se mais exclusivas, mais rígidas materialmente e funcionalmente, tanto do ponto de vista de sua construção quanto de sua localização. (SANTOS, 1994, p.36).

A formalização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) reforça as reivindicações e lutas, tornando-se mais concretas em torno de condições dignas de vida, tanto para os acampados, como para os assentados. Caldart, (2001) reforça a importância do MST, para uma sociedade, quando justifica o seu surgimento, dizendo que

o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores. (CALDART, 2001, p. 04).

Entre essas lutas se retomam as solicitações pelo direito à educação pública, formalizada e de qualidade. Em 1980, surgiram no Brasil as primeiras discussões sobre educação do campo, através dos movimentos sociais, que lutavam por uma política educacional que atendesse as necessidades dos assentados da reforma agrária. A partir de articulações do MST a nível nacional, foi criado, em 1987, o Setor de Educação, e, em 1990, inicia-se a elaboração de uma proposta de escola para os assentamentos, considerando as discussões que vinham sendo realizados por pais, professores, alunos, dirigentes do MST. O Setor de Educação, nas assembleias gerais do Movimento, reuniões das escolas, congressos do MST, enfim, tudo o que vinha sendo produzido em termos de educação nos acampamentos e assentamentos.

Para Mançano (2006), nasceu, também, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a coordenação geral de Educação do Campo. As expressões Educação na Reforma Agrária e Educação do Campo são dois conceitos distintos, mas que se complementam. Segundo Mançano (2006, p. 30) “a Educação na Reforma Agrária refere-se às políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais”, dessa forma, a Educação na Reforma Agrária é uma parte da

Educação do campo, em que vai dialogar sobre a estrutura escolar e o processo ensino-aprendizagem.

Portanto, uma palavra chave dos movimentos é a *adequação* dos conteúdos programáticos aos interesses da população que vive e trabalha no campo, e, por isso, priorizam adotar a expressão *educação do campo*.

Arroyo (1999), em A educação básica e o movimento social do campo, coloca a diferença entre *adaptação*³ e *adequação*⁴. Identificando o papel da escola enquanto instituição que prepara o ser humano para o exercício da cidadania. Portanto, retoma a importância de provocar uma análise crítica sobre a realidade socialmente construída e também sobre o fato de que a partir da tomada de consciência e do dinamismo dialético, pode-se modificar esta estrutura social vigente. Nesse contexto, foram elaboradas, em 2002, diretrizes que pudessem encaminhar caminhos para um novo debate.

Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo

Criadas por Resolução do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica (Resolução CNE/CEB n. 01/2002), a partir do Parecer CNE/CEB n. 36/2001, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo vem com intuito de estabelecer uma relação com as Diretrizes curriculares Nacional.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (art.2º, parágrafo único CNE/CEB,2002).

As Diretrizes foram pensadas, a partir dos questionamentos e reivindicações dos povos do campo através do MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), com o intuito de valorizar o saber local, focando questões que abrangem o meio rural,

³ As políticas educacionais e os currículos são pensados para a cidade e para a produção industrial urbana, apenas lembrando-se do campo de situações anormais, das minorias, recomendando adaptar as propostas, a escola, o currículo e os calendários a essas anormalidades. Dessa forma, não reconhecem as especificidades do campo.

⁴ É situar a educação como um processo de transformação humana, percebendo quando os valores do campo fazem parte da história da emancipação humana. Ir às raízes culturais do campo e trabalhá-las, incorporá-las como uma herança coletiva que mobiliza e inspira lutas pela terra, pelos direitos, por um projeto democrático e também pela educação.

transformando a luta dos povos do campo em realidade. O art.13 e os parágrafos I e II regulam que

[...] a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes: - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo; propostas pedagógicas que valorizem, na Organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo; a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas. (art.13, parágrafos, I e II CNB/CEB. 2002).

A formação continuada de professores, hoje, tão disseminada nas escolas rurais está modificando o pensamento dos professores, que até então trabalhavam somente com as disciplinas, do modo que lhes fora passado antes das diretrizes. Pode-se constatar que com as diretrizes, apesar de seus problemas de aplicação, as escolas serão voltadas realmente para uma educação do campo cada vez mais completa, abrangendo os conteúdos e métodos de ensino, que interesse ao povo do campo.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo problematizam o modo próprio de vida social e o uso do espaço do campo, resgatando a construção da história do povo brasileiro.

A cultura local serve de base para o aprendizado do educando devido ao conhecimento adquirido através de sua realidade, devido a isso os saberes escolares tem uma ligação estreita com o saber local. Estes saberes “não são particulares, são saberes sociais, por isso a educação faz parte da formação e aprendizagem dos indivíduos. No meio rural, os saberes giram em torno da própria existência humana.” (BISPO, 2008, p. 92).

O processo de ensino e aprendizagem engloba vários fatores, assim como a qualificação dos professores, as condições do meio em que trabalha a valorização de uma formação continuada para o professor. Apesar de todos estes pontos serem essenciais neste processo de formação de um aluno, a pesquisa concentra-se em demonstrar como está sendo e como pode ser a educação do campo trabalhando principalmente o ensino da geografia.

O Ensino da Geografia

A partir do espaço ocupado dentro do globo terrestre, este tem o seu papel social, econômico e pedagógico. A formação de um indivíduo não está só dentro do âmbito escolar, vai muito, além disso, engloba a história do ambiente em que vivem o porquê residirem, seja na zona urbana ou rural. O papel da geografia não é somente o de informar quais são os países, cidades e capitais do globo, e sim o de informar como vivem, porque vivem, de onde vieram e porque se instalaram ou exploraram determinado local da terra.

[...] a Geografia constitui-se em um campo fértil de oportunidades para experimentar de maneira muito rica e estimulante várias habilidades e, desta forma, possibilitar ao aluno desenvolver competências criativas de percepção e cognição a serem incorporadas ao seu crescimento. (KIMURA, 2001, p. 26).

O processo no ensino em Geografia tem suas mudanças perante o ambiente de estudos, no campo e na cidade. O aluno da disciplina de Geografia que mora na cidade tem muita informação ao seu dispor, pois ele possui contato com a mídia, os jornais e a informatização, isso é algo, que não se encontra com facilidade no ambiente rural. O ambiente rural não é limitado ao local da sala de aula, pois a paisagem que possui ao seu redor facilita o professor vivenciar com seus alunos, a paisagem do campo, através do conteúdo de sala de aula.

Antes da Lei de Diretrizes e Base e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, os professores de Geografia tinham algumas barreiras para trabalhar nas escolas do campo, pois o conteúdo era preparado para atuar nas escolas urbanas. Dessa forma, os alunos das escolas rurais possuíam uma grande dificuldade em entender os conteúdos aplicados à cidade, já que a maioria era de baixa renda e moravam muito distante da zona urbana, por exemplo, em chácaras, sítios ou fazendas. Nos dias atuais, não se observa com frequência essa realidade, pois se verifica em muitas escolas rurais a adequação de conteúdos.

A Geografia é uma disciplina, que pode auxiliar na educação do campo, através de metodologias que os alunos compreendam que existem diferentes lugares, culturas, religiões, relações sociais e a relação sociedade/natureza. Dessa forma Bispo (2008) relata que

o espaço, a paisagem e o território são objetos da geografia. Assim, a rapidez da intensidade das mudanças socioespaciais na sociedade contemporânea impõe à geografia a necessidade do uso de recursos metodológicos e técnicos que contemplem os modos de apropriação do lugar. O lugar torna-se um desafio à análise do mundo moderno, o que exige um esforço para analisá-lo

e compreendê-lo em suas múltiplas formas e conteúdos e em sua dinâmica histórica. (BISPO, 2008, p.84).

A escola rural precisa ter uma visão dialética da realidade social, possibilitando perceber que ao lado de mecanismos de opressão e dominação, da luta pelo poder, existe todo um movimento de resistência e contraposição ao sistema, mesmo que isso se esconda sob as mais diversas aparências. Assim, a educação nacional deve merecer uma atenção especial, tendo em vista as particularidades que a envolvem, considerando que o universo rural possui uma dinâmica própria na conjugação do trabalho e da produção, além da coexistência de valores culturais e de competências específica dos seus membros. Bispo (2008) reforça que

a educação, a cultura, a produção, o trabalho, a infra-estrutura, a organização política e o mercado são relações sociais constituintes das dimensões territoriais, sendo concomitantemente interativas e completivas, não existindo, pois, em separado. Dessa forma, a educação não existe fora do território, assim como a cultura, a economia e todas as outras dimensões. (BISPO, 2008, p.84).

Os educadores na área da geografia têm um compromisso com a formação da cidadania, de possibilitar a construção das relações com o espaço local e o global, capacitando-os para a transformação, a partir da leitura da sua realidade (recursos não verbais como gráficos, desenhos, estatísticas, e outros).

O conteúdo é muito importante para o ensino de Geografia, mas a interpretação geográfica é o essencial. Segundo Rego (2003), essa interpretação atravessa os fatos geográficos e estabelece articulações em nível crescente que constitui uma rede de muitos nexos, com inter-relações de ordens diversas. Também são “extremamente vastos e cada vez mais vão aumentando, o que significa que deve ser feita uma seleção destes, o que tem sido uma tarefa bastante árdua para os professores” (CASTROGIOVANI; CALLAI; KAERCHER, 2008, p. 103). Vê-se que o professor de geografia se encontra em uma posição difícil, e este deve fazer o melhor que pode para selecionar conteúdos relevantes e, ao mesmo tempo, interessantes para seus alunos. Como uma orientação nesta tarefa, CASTROGIOVANI; CALLAI; KAERCHER (2008) refletem que

o conteúdo da Geografia [...] é o material necessário para que o aluno construa o seu conhecimento, aprenda a pensar. Aprender a pensar significa elaborar, a partir do senso comum, do conhecimento produzido pela humanidade e do confronto com os outros saberes (do professor, de outros interlocutores), o seu conhecimento. Este conhecimento, partindo dos

conteúdos d Geografia, significa “uma consciência espacial” das coisas, dos fenômenos, das relações sociais que se travam no mundo. (CASTROGIOVANI; CALLAI; KAERCHER, 2008, p; 95).

A geografia tem sido grifada por um pensamento baseado em livros didáticos, mapas escolares e em enciclopédias, ou seja, o não desenvolvimento do ato de pensar. Isto está explícito em vários anos de estudos, dentro de uma classe escolar, com o famoso ato de decorar textos para responder um questionário, chamado de avaliação, muito usado nos dias atuais.

A mudança das práticas pedagógicas no ensino da geografia tem que ser urgente, pois é preciso compreender que o ambiente escolar, deverá ser um local de reflexões e ações que deve ser norteado pelo professor, pois o mesmo deve sempre instigar o pensamento e não prendê-lo em uma concepção descontextualizada.

Sendo assim, a educação do campo tem que ir além de uma simples demonstração de paisagens para a escolaridade básica, deve valorizar as demandas do trabalho do campo. Pensar em práticas cotidianas do homem das lidas campeiras, para que seus filhos que, hoje, estão na escola, no futuro não tenham de sair das suas origens, para ter uma vida digna. Educação é um papel social, e assim cabe a sociedade como um todo entender esse compromisso.

Metodologia

A abordagem desse trabalho baseia-se em coleta dados realizada através da observação participante, aplicação de questionários de entrevistas individuais e coletivas, visando ultrapassar a aparência imediata para descobrir a essência do tema delimitado. O modo de intervenção será o característico da pesquisa participante, na qual o conhecimento constrói-se no coletivo, à medida que os pesquisados fornecem elementos e participam do processo como sujeitos, sugerindo alternativas para a solução dos problemas apontados.

Para realização do trabalho é necessário um levantamento teórico, metodológico e prático, sem os quais é impossível compreender a realidade dos dados que o pesquisador deseja obter e para atingir os seus objetivos, por isso faz-se necessário à busca por informações que:

[...] podem provir de observações, de reflexões pessoais, de pessoas que adquiriram experiências pelo estudo ou pela participação em eventos, ou ainda do acervo de conhecimentos reunidos em bibliotecas, centros de documentação bibliográfica ou qualquer registro que contenham dados (CHIZZOTTI, 1995. p.16).

O pesquisador constitui-se num ativo descobridor do significado das ações e das relações que diariamente se ocultam nas estruturas sociais, tornando-se assim, parte fundamental para uma pesquisa qualitativa. Como afirma Chizzotti,

[...] abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo e o objeto e a subjetividade do sujeito (CHIZZOTTI, 1995. P. 79).

Essa pesquisa compõe-se de diversas fases, como a pesquisa bibliográfica, que tem finalidade de auxiliar no processo de conhecimento e evolução do entendimento de uma determinada realidade, a fase exploratória, onde se conhece o local e as pessoas que nele estão envolvidas; e o trabalho de campo em si, onde há execução do método escolhido e utilização de instrumentos de investigação adequados, para poder obter dados significativos a este estudo de caso. Os instrumentos de pesquisas a serem aplicados na escola são para fazer a coleta de dados, através de entrevistas semi-estruturadas com educadores e educandos sobre suas práticas e observações em sala de aula.

Seguindo essas fases chegar-se-á num outro momento que é a análise dos dados coletados. De acordo com Minayo (*apud* Gomes 1994, p.69) esses dados possuem as seguintes finalidades “[...] estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e / ou responder às questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte”. Para tal, é imprescindível correlacioná-la com o universo teórico, optando-se por um modelo que sirva de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos levantados.

Resultados e Discussões

As discussões feitas dentro da escola foram essenciais para que a pesquisa tenha continuidade, pois, através dessas vivências é que será possível, verificar no futuro os resultados da pesquisa. Nota-se que a educação do campo e o ensino de geografia são áreas de estudos maiores do que se pensa. Porém, apresenta resultados positivos a

respeito da motivação dos professores, os mesmos querem qualificar-se, e estudar as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, para aplicá-las em sua metodologia. Nesse sentido, Bispo (2008) acredita que:

A educação, como contribuição à humanização do ser humano, é pautada no pressuposto de que os seres humanos nascem inconclusos, inacabados, tornando-se humanos ou desumanos no decorrer da vida, de acordo com suas experiências individuais, coletivas e dos grupos sociais que convivem. Sendo assim, a educação rural não deve pensar o campo apenas como espaço de produção e as pessoas apenas como “recursos” humanos. Ela deve voltar-se para o propósito de inclusão dessa população rural na condição de protagonistas de um projeto social global, pensando em sua gente, em seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos. (BISPO, 2008, p.103)

No prosseguimento da pesquisa, os professores de Geografia, entrevistados, em uma escola do campo, localizada no 3º Distrito do município de Cerrito/RS, somente um deles possuía formação e, em História, o professor possuía curso científico. Mediante os questionamentos os professores, ta bem, relataram, que entendem pouco sobre a educação do campo, para eles é algo novo, pois nenhum conhece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Apesar de não saber como trabalhar com a educação do campo, o professor A comenta que “trabalho com meus alunos a diferença entre o campo e a cidade, e a importância que o mesmo tem para a cidade. Relata a dificuldade que os moradores da zona rural encontram ao sair do campo para a cidade, pois ao chegar lá não sabem como trabalhar e acabam ficando marginalizados”. O comentário do professor demonstra que mesmo sem conhecer as diretrizes, que norteiam a educação básica das escolas do campo, ele já tem esse conhecimento interiorizado, que faz parte de sua vivência. Esse mesmo professor diz que trabalha a vinte e cinco anos na mesma escola e um ano com o ensino de Geografia do 5º ano.

Na continuidade das entrevistas, o professor B comentou “trabalho sempre com Mapas em sala de aula, desenvolvo trabalhos nos quais os alunos têm que construir mapas”, ainda que, a construção de mapas seja necessário para o desenvolvimento do pensamento geográfico do aluno, com intuito de reconhecer o espaço, onde se localizam, é necessário aproveitar a paisagem que os rodeiam que já é tão rica em detalhes para se trabalhar a geografia, e com isso mostrar aos alunos que o que se encontra nos livros, também, pode se experienciar na paisagem.

Considerações Finais

Percebe-se que o ensino da geografia na escola do campo, ainda deve ser mais fundamentado, pois os professores não têm o conhecimento do que é uma educação para as comunidades que residem na zona rural, a fim de valorizar as especificidades do homem do campo. Pelos diálogos, a maneira como problematizam a geografia em sala de aula, tem a mesma característica da zona urbana. Também se observa que os educadores da escola, não possuem uma formação acadêmica em geografia, para terem um aporte teórico, que lhes embase para a prática. Muitas vezes a vivência fica sem ter o que concretizar, porque não existe uma compreensão mais abrangente, a fim de que ao trabalhar com o conteúdo, este tenha significado social, econômico e político, auxiliando não só para o trabalho, mas para o cotidiano da vida do campo.

Tem-se claro que a acadêmica é frágil na preparação do licenciado em geografia para a zona urbana, menos, ainda, para a o rural, mas a pesquisa tem como uns dos seus objetivos, provocar através das entrevistas conhecer o entorno da escola, a fim de obter um olhar geográfico da comunidade escolar.

Mesmo que pareça pequeno o resultado dessa pesquisa, ainda assim é de grande importância, pois é dia após dia, que se irá construir um ensino da geografia adequado a educação do campo.

Referências Bibliográficas

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio Rural; traços de uma trajetória. In: Therrien, Jacques & Damasceno Maria Nobre (coords). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus: 1993.

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 3ª ed. Petrópolis-RJ: vozes, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília: MEC/SECAD, 2002.

CHAVES, Rodolfo de Jesus. **Contribuições dos Movimentos Sociais na Democratização do Acesso à Educação: A luta do MST em São Paulo pela escolarização**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 2011.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo: IN CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs) **Por uma Educação do Campo**. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 2. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. FERNANDES, Bernardo M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 2).

CALDART, Roseli Salete. O MST e a Formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**. Estud.av, v.15, n.43, p. 04-20, 2001.

_____. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. 2. Ed. Brasília: UnB, 2002. v. 4. p. 25-36 (Educação do Campo).

BISPO, Cláudia Luiz de Souza. A educação escolar, o ensino de geografia e os aspectos socioculturais da população do campo. **Espaço em Revista**. v.10, n1, p. 82-106, 2008.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e propostas**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método, criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce Maria; HEIDRICH, Álvaro. O Ensino de Geografia como uma hermenêutica instauradora. In: REGO, Nelson et al (orgs.). **Um pouco do mundo cabe nas mãos, geografizando em educação o local e o global**. P A: UFRGS, 2003, p. 275-310.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

STÉDILE, João Pedro. O MST e a luta pela terra. In: **Teoria e Debate**. n. 24, 1994. p 51-3